

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# Financeirização do ensino superior: uma análise das implicações sobre o trabalho docente

Maria Ângela Cláuver de Lucena, Marina Quirino Magalhães, Ana Valéria Carneiro Dias

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5941>

Submetido em: 2023-04-17

Postado em: 2023-05-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Patricia Saltorato (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4089-2547>)

## **Financeirização do ensino superior: uma análise das implicações sobre o trabalho docente**

Maria Ângela Clauver de Lucena – Departamento de Engenharia de Produção, UFMG –  
<https://orcid.org/0000-0002-4419-0171>

Marina Quirino Magalhães – Departamento de Engenharia de Produção, UFMG –  
<https://orcid.org/0000-0002-5029-2537>

Ana Valéria Carneiro Dias – Departamento de Engenharia de Produção, UFMG –  
<https://orcid.org/0000-0002-5804-5821>

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir como as demandas e as lógicas próprias ao mercado financeiro refletem-se na atividade laboral de professores que atuam no ensino superior privado e financeirizado no Brasil, indetificando elementos que contribuam com o debate acerca das implicações cotidianas da financeirização na atividade de professores. A partir de pesquisa exploratória com professoras e professores inseridos no contexto da financeirização do ensino superior e da posterior análise de conteúdo das respostas obtidas, mostrou-se que a financeirização aprofunda o processo de transformação do trabalho docente iniciado pela mercantilização da educação. Para além da precarização e da intensificação do trabalho, reflexos de elementos da financeirização tais como a preferência pela liquidez e pela rentabilidade a curto prazo, a financeirização reconfigura o trabalho docente e de gestão da educação, aumentando a padronização, ampliando a distância entre a gestão e o trabalho docente e introduzindo novos papéis relacionados à gestão das aparências dentro dessas organizações e à consequente auto-comercialização e auto-promoção dos professores.

Palavras-chave: financeirização da educação, ensino superior, mercantilização da educação, trabalho docente, precarização

## **Financialization of higher education: an analysis of the implications for teaching labor**

Abstract: This paper aims to discuss how the demands and logics of the financial market are reflected in the work of teachers in private and financialized higher education organizations in Brazil, identifying elements that contribute to the debate about the daily implications of financialization in the activity of teachers. Based on exploratory research with male and female teachers inserted in the context of the financialization of higher education and the subsequent content analysis of the responses obtained, it was shown that financialization deepens the process of transformation of labor initiated by the commodification of education. In addition to the precariousness and intensification of work, which are reflections of elements of financialization such as the preference for liquidity and short-term profitability, financialization reconfigures teaching and education management work, increasing standardization, widening the distance between management and teaching work and introducing new roles related to the management of appearances within these organizations and the consequent self-marketing and self-promotion of teachers.

Keywords: financialization of education, higher education, commodification of education, teaching work, precarious labor

## **Financiarización de la educación superior: un análisis de las implicaciones para el trabajo docente**

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir cómo las demandas y lógicas del mercado financiero se reflejan en el trabajo de los profesores que actúan en la educación superior privada y financierizada en Brasil, identificando elementos que contribuyen al debate sobre las implicaciones cotidianas de la financierización en la actividad de maestros. A partir de una investigación exploratoria con profesores y profesoras insertas en el contexto de la financierización de la educación superior y el posterior análisis de contenido de las respuestas obtenidas, se demostró que la financierización profundiza el proceso de transformación del trabajo docente iniciado por la mercantilización de la educación. Además de la precariedad e intensificación del trabajo, reflejo de elementos de la financierización como la preferencia por la liquidez y la rentabilidad a corto plazo, la financierización reconfigura el trabajo de gestión docente y educativa, aumentando la estandarización, ampliando la distancia entre la gestión y el trabajo docente e introduciendo nuevos roles relacionados con la gestión de las comparecencias dentro de estas organizaciones y la consecuente autocomercialización y autopromoción de los docentes.

Palabras clave: financierización de la educación, educación superior, mercantilización de la educación, trabajo docente, precariedad

## INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista pretende subsumir todas as atividades humanas à sua lógica. Não é diferente com a educação. Com efeito, o debate sobre a subsunção da educação e, particularmente, do ensino superior aos modos capitalistas de produção não é novo. Análises com viés crítico acerca da mercantilização, da privatização e da presença da lógica neoliberal no ensino superior (e.g. LOPES, 2022; SOLER et al., 2022), e a emergência de conceitos como “capitalismo acadêmico” (SLAUGHTER E LESLIE, 2001), tem colocado importantes questionamentos em processos que se travestem como “naturais” para o senso comum.

Dada a relevância da educação para o capitalismo no contexto da economia do conhecimento, e com a possibilidade de empresas obterem lucro a partir da educação, organizações de ensino passaram a ser alvos de instituições do mercado financeiro. Dessa forma, pessoas, empresas e fundos de investimentos tiram proveito desse direito humano, que é transformado, no capitalismo contemporâneo, em uma mercadoria valiosa. Ocorre, porém, que os atores do mercado financeiro operam em uma lógica própria, que dialoga com, mas não equivale à lógica do capitalismo produtivo que se reflete em mercantilização e no neoliberalismo (MADER et al., 2020); tal é o fenômeno conhecido como “financeirização” da economia e da produção.

No contexto brasileiro, a temática ganha relevância ao analisar a dimensão do setor de ensino superior (ES) privado e dos seus resultados financeiros. De acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2021 (INEP, 2022), com mais de 6,9 milhões de alunos, a rede privada tem cerca de 77% do total das matrículas de alunos de graduação. Boa parte dessas “empresas de educação” pertence a uma quantidade ínfima de grupos financeiros. Na área da educação privada, a concessão de títulos de propriedade (ações) na bolsa de valores teve início em 2007, ano em que ocorreu a oferta pública de ações dos grupos Anhanguera, Pitágoras e Estácio de Sá. Em 2023, havia seis empresas de serviços educacionais que operavam no Brasil cotadas na B3 (Cogna - antiga Kroton, Yduqs, Ser, Anima, Cruzeiro do Sul e Bahema) e quatro cotadas na Nasdaq (Arco, Afya, Vasta e Vitru). O Censo da Educação Superior de 2021 indicou que as 10 maiores mantenedoras educacionais detém 46% das matrículas no

Brasil (PODER360, 2022).

Embora haja um corpo considerável de pesquisas acerca da mercantilização e do neoliberalismo no ES brasileiro (entre outros, LOPES, 2022; LEHER, 2021; SILVA JUNIOR E FARGONI, 2020; COSTA E GOULART, 2018; SIGAHI E SALTORATO, 2018; OLIVEIRA, 2009), bem como acerca do trabalho docente em tal contexto (e.g. CAMPOS et al., 2020; GEMELLI et al., 2020; GOMES et al., 2020; BECHI, 2017), questões específicas relativas à atividade docente em instituições financeirizadas, cujos processos produtivos pretendem ser subordinados à geração de valor para o acionista, permanecem em aberto. Para além de impactos na saúde (CAMPOS et al., 2020) e nas relações de trabalho (GEMELLI et al., 2020; KATO et al., 2020; GOMES et al., 2020; BECHI, 2017), este artigo tem como objetivo discutir, a partir de pesquisa exploratória com professoras e professores inseridos nesse contexto, como as demandas e as lógicas próprias ao mercado financeiro refletem-se na atividade laboral de professores que atuam no ES privado e financeirizado no Brasil. Pretende-se, assim, identificar elementos para contribuir com o debate acerca das implicações cotidianas da financeirização na atividade de professores.

O artigo se organiza da seguinte forma: primeiramente, apresenta-se o referencial teórico acerca do conceito de financeirização e seus elementos constitutivos, com foco nos impactos para o trabalho. Em seguida, discute-se a metodologia utilizada na pesquisa e apresenta-se o caso. A seção seguinte traz os resultados e as análises e, ao final, algumas considerações e temas para pesquisas futuras são apresentados.

## **FINANCEIRIZAÇÃO: DEFINIÇÕES, LÓGICAS, ELEMENTOS**

Neste artigo, entende-se como financeirização um processo pelo qual a esfera econômica e social na qual se produzem bens e serviços subordina-se à esfera financeira, à medida que se prefere valorizar o capital por meio de processos puramente financeiros, e não pela agregação de valor dada pelo trabalho de produção de bens e serviços (DIAS E ZILBOVICIUS, 2006; KRIPPNER, 2005). Tal processo seria a consequência lógica do desenvolvimento do capitalismo, representando um “novo espírito” (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009), havendo controvérsias acerca de se o capitalismo financeiro seria o último estágio do capitalismo; ou se a passagem do capitalismo mercantil, para o industrial, para o financeiro configuraria um ciclo que se repete ao longo da história (VAN DER ZWAN, 2014). De qualquer modo, para que haja financeirização, é preciso que haja, primeiro, o processo de mercantilização, ou seja, de produção de bens e serviços e sua transformação em mercadorias circulantes que possam adentrar o processo de comercialização – mesmo que, na prática, tal comercialização não ocorra (como, por exemplo, no ensino público). Outrossim, financeirização não se equivale a mercantilização; obter lucro pela mais-valia extraída do processo de trabalho na produção e comercialização da mercadoria não é, necessariamente, o mecanismo de valorização principal do capital financeirizado, e, mais importante, a forma de obtenção da mais-valia é transformada. Isso porque, como dito, na financeirização persegue-se a valorização via esfera financeira, pretendendo-se, tanto quanto possível, eliminar a passagem do capital pela esfera produtiva – que exige que o capital seja fixado, em prazos médios e longos, em máquinas, equipamentos, instalações, conhecimento, mão de obra, perdendo liquidez.

A literatura categoriza três possíveis abordagens ao se investigar a financeirização: como mudança da forma de acumulação de capital; como mudança da lógica nas organizações; e como a financeirização do dia a dia, presente no cotidiano das famílias e indivíduos (MAIA E SERIO, 2018; VAN DER ZWAN; 2014; FROUD et al., 2004). Neste artigo, o foco é a

financeirização como mudança na lógica das organizações.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a financeirização é, também, um processo de modificação dos modos de governança, envolvendo novos dispositivos de saber e poder, que servem aos atores financeiros (gestores de fundos, bancos de investimento etc) e, sobretudo, promovem as razões financeiras, ou seja, suas ontologias e epistemologias, seus modos de avaliação, de valorização, de decisão e solução de problemas (CHIAPELLO, 2018); as organizações devem não apenas satisfazer a clientes no mercado de produtos e serviços, mas “(...) satisfazer os gestores profissionais de fundos e atingir as expectativas dos mercados de capital” (WILLIAMS, 2000:6, tradução das autoras). Para além de um novo regime de acumulação, a financeirização se refletiria também em novas formas de gestão e de construção de subjetividades (VAN DER ZWAN, 2014); mesmo que a produção de bens e serviços permaneça, ela é *colonizada* (CHIAPELLO, 2015) pela esfera financeira, havendo a substituição do objetivo e da lógica da maximização dos lucros pelo objetivo e lógica da maximização do retorno a acionista, ressignificando o conceito de eficiência (SALTORATO E BENATTI, 2017).

De fato, no capitalismo financeirizado, alguns elementos presentes no capitalismo industrial ganham relevância, como a consideração de que toda atividade significa um investimento que deve ser avaliado no presente em relação aos retornos financeiros futuros, a liquidez desse “investimento-atividade” (possibilidade imediata de retirar o capital de um investimento e aplicá-lo em outro) e o seu custo de oportunidade, ou seja, a comparação contínua desse investimento com quaisquer outros disponíveis e considerados equivalentes (em termos de risco e retorno) (CHIAPELLO, 2018).

Assim, os impactos da financeirização nas organizações poderiam ser evidenciados em alguns aspectos, entre outros (MAIA E SERIO, 2018; SALTORATO E BENATTI, 2017):

- preferência pela liquidez, processos de focalização do negócio e redivisão de riscos. Há uma mudança no equilíbrio entre retenção de lucro e investimento e sua distribuição: passa-se de uma lógica de “reter e reinvestir” o lucro para redução do tamanho da empresa (*downsizing*) e distribuição desse lucro para os acionistas (LAZONICK, 2015). São comuns movimentos de fusão e aquisição, de modo a obter crescimento inorgânico (SALTORATO E BENATTI, 2017), justificados por possíveis sinergias entre estruturas das empresas envolvidas e, como consequência, combinados a *downsizings* e terceirização (ANTUNES, 2015; EZZAMEL ET AL., 2008; PLIHON, 2004) e reestruturações organizacionais (SALTORATO E BENATTI, 2017; CUSHEN E THOMPSON, 2016; EZZAMEL et al., 2008; FROUD et al., 2006);
- visão, objetivos e práticas de curto prazo, refletidos na gestão por indicadores. Além de supostamente servir à necessidade de transparência da governança corporativa (GRÜN, 2004), os indicadores concorrem para os objetivos de curto prazo e aumento de liquidez por meio de uma proliferação de métricas e cálculos contábeis que intermediariam entre a preocupação estratégica em garantir a rentabilidade financeira, conforme demonstrado pelo preço das ações, e o desafio operacional de reduzir custos (sobretudo fixos) e melhorar as margens para impulsionar o desempenho de curto prazo. As organizações passam a ser vistas e geridas como portfólio de ativos, buscando-se investimento em ativos mais líquidos e com relação risco/retorno favorável. Essa ideia reflete-se também em aumento da variedade e diversificação de produtos e serviços para redução de riscos, e na adoção de modelo de redes de empresa (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009);
- transformação dos relacionamentos internos em relações de mercado (SALTORATO

E BENATTI, 2017). Preferem-se formas organizacionais flexíveis, que permitam a mudança permanente de unidades de negócio, atividades, competências, contratos de trabalho. O propósito é que seja possível mudar rapidamente de um investimento/atividade a outro quando isso significar maiores ganhos financeiros (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009; DIAS E ZILBOVICIUS, 2006). Também, ascendem os discursos de empregabilidade e emprego-projeto, individualização e empreendedorismo, com os riscos sendo parcialmente retirados dos investidores e absorvidos pelos trabalhadores (ALVEHUS E SPICER, 2012; EZZAMEL et al., 2008; DIAS E ZILBOVICIUS, 2006; PONGRATZ E VOSS, 2003);

- a criação de cultura voltada ao resultado do investidor e à transparência de governança – por exemplo, por meio da gestão por indicadores (sobretudo financeiros), sinônimos de “boa governança” (DIXON E HOOD, 2016), pois informariam aos investidores ou interessados acerca das atividades internas da organização (EZZAMEL et al., 2008, GRÜN, 2004), o que é fundamental dado que a financeirização promove um distanciamento dos investidores em relação à gestão dos negócios;
- mudança comportamental dos gestores, como se gerenciassem instituições financeiras, associada a modelos de remuneração e carreira que incentivam os trabalhadores a agirem conforme racional financeiro (ALVEHUS E SPICER, 2012). À gestão cabe performar impressões específicas, fazendo parte de sua responsabilidade em instituições financeirizadas manter a palavra na empresa diante do mercado financeiro. Por isso, as aparências para os clientes e investidores se tornam elementos importantes para a estratégia das empresas (FROUD et al., 2006). Ademais, formas de remuneração variável associadas à distribuição de ações para gestores e trabalhadores avançam (SALTORATO E BENATTI, 2017; CALVETE, 2009; EZZAMEL et al., 2008), mas somente para os trabalhadores considerados “essenciais”, aumentando a clivagem em relação aos trabalhadores considerados “acessórios”, em geral trabalhadores menos qualificados, aos quais resta a motivação negativa da terceirização (GRÜN, 2007). Assim, o trabalho efetivo passa a ser visto como um prêmio para os que conseguem provar seu valor.

Tais aspectos não são exclusivos do capitalismo financeirizado, mas todos servem a ele e por ele são potencializados, na medida em que favorecem a liquidez e uma melhor relação risco/retorno financeiro. A exigência de liquidez e permanente avaliação de riscos financeiros, com conseqüente arbitragem (decisão de manter ou não o investimento), se traduz em pelo menos dois aspectos: primeiro, para que o investimento seja mantido, é necessário continuamente melhorar a relação retorno sobre investimento; uma vez que o retorno envolve mais incerteza, a opção gerencial é, frequentemente, uma redução de custos constante, podendo significar maior pressão sobre custos do trabalho (CUSHEN E THOMPSON, 2016; EZZAMEL et al., 2008). Segundo, para tornar eventuais desinvestimentos menos prejudiciais do ponto de vista do capital, há a tentativa, sempre que possível, de transformar custos fixos em variáveis, buscando uma organização (e produção) flexível, impermanente. Do ponto de vista do trabalho, tais aspectos tendem a gerar uma maior intensificação, flexibilização e insegurança (CUSHEN E THOMPSON, 2016; CUSHEN, 2013).

Outra questão importante relaciona-se ao controle na atividade dos trabalhadores submetidos à lógica da financeirização. A autonomia no trabalho envolve a capacidade de lidar com imprevistos, o que pode ser uma característica desejável quando se trata de organizações impermanentes, em ambientes dinâmicos; contudo, isso envolve o risco da tomada de decisões (DIAS E ZILBOVICIUS, 2006). Para que a autonomia seja aliada ao

sistema de produção, desdobrando a estratégia (financeira) deliberada, os trabalhadores precisam ser controlados por outras vias, tais como metas e sistemas de indicadores, ou por uma auto-disciplina construída a partir de normas gerais externas (e.g., impostas pelos acionistas) ou pela própria dinâmica do trabalho individual e coletivo (ALVEHUS E SPICER, 2012; MAZMANIAN et al., 2013). De toda forma, em uma lógica de geração de valor aos acionistas, indicadores, metas e normas considerados são de mercado, e os trabalhadores submetidos a eles nem sempre podem interferir diretamente nos resultados (EZZAMEL et al., 2008), o que é causa potencial de tensão e insegurança. Ademais, se por um lado a autonomia pode ser desejada, por outro um certo grau de padronização de processos e/ou de resultados facilitaria, ao menos em teoria, a comparabilidade entre as atividades, produtos e serviços, o que é importante no momento de decisões de investimento/desinvestimento (arbitragem). Finalmente, a padronização traz consigo um pressuposto de racionalidade, objetividade e impessoalidade na gestão, importantes em qualquer produção capitalista, sobretudo quando a propriedade do negócio encontra-se distanciada de sua gestão, numa relação mediada pelo circuito financeiro (EZZAMEL et al., 2008). Coloca-se, então, a questão de qual autonomia permanece, e de que forma.

Especificamente em relação ao trabalho docente em instituições de ES financeirizadas, Gemelli et al. (2020) chamaram a atenção para a tendência à flexibilização dos contratos de trabalho dos docentes, que se coaduna à preferência pela liquidez e transformação da relação de trabalho em relação de mercado, conforme visto anteriormente. Kato et al. (2020) encontraram, ademais, tendências em relação à redução de autonomia para os professores. Assim, elaboraram-se pressupostos para a pesquisa; supõe-se que, em instituições de ES financeirizadas:

1. Diminuem-se investimentos em infraestrutura e fomentam-se práticas de ensino à distância (EaD): devido a preocupação estratégica em garantir a rentabilidade financeira e a liquidez, o desinvestimento em infraestrutura e o fomento às práticas de EaD se mostram como estratégias oportunas frente ao desafio operacional de reduzir custos, melhorar as margens para impulsionar o desempenho de curto prazo e flexibilizar a alocação de capital para a administração da empresa como portfólio de ativos (DIAS E ZILBOVICIUS, 2006; MAIA E SERIO, 2018; SALTORATO E BENATTI, 2017; GRÜN, 2004; SIGAHI, TESSARINI JUNIOR E SALTORATO, 2019; MIRANDA *et al.*, 2015; CHIAPELLO, 2015).
2. Padroniza-se o trabalho para permitir a replicabilidade e comparabilidade do negócio: considerando a visão e objetivos de curto prazo, somada à necessidade de possibilitar a comparação para mudança rápida de um investimento ao outro se eventualmente isso significar maiores ganhos aos acionistas, a padronização do trabalho docente pode ser uma estratégia que permita a replicabilidade ou desinvestimento rápido (MAIA E SERIO, 2018; SALTORATO E BENATTI, 2017; GRÜN, 2004; SIGAHI, TESSARINI JUNIOR E SALTORATO, 2019; MIRANDA *et al.*, 2015; CHIAPELLO, 2018).
3. Fomenta-se liquidez nas relações de trabalho e intensifica-se o trabalho dos professores: tendo em conta que a liquidez e a mobilidade permitem aos investidores facilidade de entrada e de saída entre diferentes ativos e segmentos do mercado, a liquidez nas relações de trabalho e o aumento da rotatividade podem ser considerados elementos importantes para atingir esse objetivo. Por sua vez, a cultura voltada ao acionista, somada à visão e objetivos de curto prazo, à redivisão dos riscos e à pressão por liquidez refletem a preocupação estratégica em garantir a rentabilidade financeira em curto prazo (CHAMBOST, 2018; MAIA E SERIO, 2018; GRÜN, 2004; DIAS E ZILBOVICIUS, 2006; MIRANDA *et al.*, 2015; EZZAMEL *et al.*, 2008; DIXON E HOOD, 2016; CHIAPELLO, 2018;

CHIAPELLO, 2015; CUSHEN E THOMPSON, 2016).

4. Orientam-se as diretrizes de gestão a partir do mercado financeiro: como em um contexto financeirizado os maiores objetivos da empresa são os que geram valor ao acionista, o desdobramento das estratégias da empresa irá se movimentar para este foco, o que pode ser percebido a partir de elementos como gestão acadêmica e principais indicadores das instituições (SALTORATO E BENATTI, 2017; EZZAMEL *et al.*, 2008; DIXON E HOOD, 2016; FROUD *et al.*, 2006; MAIA E SERIO, 2018). Ademais, uma característica importante do processo de financeirização é o distanciamento entre os proprietários do negócio (acionistas) e os gestores e trabalhadores (CHIAPELLO, 2015, 2018). Cada negócio é visto, pelo acionista, apenas como um componente de seu portfólio de investimentos, não como um sistema de produção peculiar; daí a proliferação das diretrizes genéricas de gestão ancoradas na lógica financeira (em detrimento de qualquer especificidade ligada aos diferentes processos produtivos - investir em educação torna-se equivalente a investir em qualquer outro negócio, tal como varejo, produção de bebidas, produção de alimentos, telecomunicações, fabricação de veículos...).

## METODOLOGIA

Para entender como a financeirização afeta as organizações de ES e, mais especificamente, o trabalho de professoras e professores, foi realizada pesquisa exploratória qualitativa a partir de entrevistas semi-estruturadas com esses profissionais de áreas e instituições distintas, adotando-se os pressupostos da pesquisa reflexiva (BURAWOY, 1998). A partir dos objetivos e da literatura foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada visando explorar as experiências dos professores no exercício da profissão, com perguntas a respeito da estrutura organizacional das instituições, distribuição de responsabilidades, grau de autonomia no trabalho (em sala de aula e nas atividades preparatórias e de avaliação), carga de trabalho, relações de trabalho, formas de avaliação e carreira e infraestrutura. Levando em consideração aspectos como natureza do estudo, tempo e orçamento disponíveis, o método para escolha das pessoas a serem entrevistadas foi não-probabilístico por conveniência seguido de “bola de neve”. Contemplaram-se profissionais com diferentes trajetórias, tempos de experiência docente e áreas de atuação.

Foram entrevistados em profundidade 7 profissionais de ES com experiência docente em instituições financeirizadas (Tabela 1). As respectivas instituições somam quatro empresas diferentes (A,B,C,D) sendo A e D duas instituições de ES (IES) do mesmo grupo financeiro (Grupo 2). Todas as IES possuem capital aberto. Segundo os respectivos relatórios para investidores, até o segundo trimestre de 2021, período desta pesquisa, o Grupo 1 possuía 829 mil alunos matriculados e receita líquida de 937 milhões de reais; o Grupo 2 possuía 320 mil alunos e receita de mais de 1 milhão de reais; e o Grupo 3 possuía mais de 823 mil alunos e receita líquida de mais de um bilhão de reais.

**Tabela 1 - Entrevistas realizadas**

Pessoa entrevistada	Área de atuação	Tempo de experiência docente	Instituição de ensino abordada	Grupo financeiro
Pessoa 1	Psicologia	6 anos	IES_A	Grupo 1
Pessoa 2	Psicologia	11 anos	IES_B	Grupo 2
Pessoa 3	Psicologia	4 anos	IES_C	Grupo 3

Pessoa 4	Geologia	13 anos	IES_D	Grupo 2
Pessoa 5	Engenharia de Produção	7 anos	IES_D	Grupo 2
Pessoa 6	Engenharia civil	7 anos	IES_D	Grupo 2
Pessoa 7	Engenharia civil	6 anos	IES_D	Grupo 2

Fonte: Elaborada pelas autoras

As entrevistas foram realizadas de maneira remota, por meio de videoconferência na plataforma Microsoft Teams, sendo gravadas e transcritas e tendo, também, seus principais aspectos listados ao longo da conversa a partir do método de observação pessoal. Após a primeira rodada de entrevistas, encontrou-se oportunidade de aprofundar e enriquecer a coleta de informações. Com isso, originou-se uma segunda rodada de entrevistas. Seu roteiro foi elaborado a partir das contribuições de Dias (2015) - que analisa o caráter multifatorial da carga de trabalho docente nas suas dimensões físicas, cognitivas e psíquicas -, bem como de oportunidades de investigação frutos da exploração da primeira rodada.

Dados secundários das instituições pesquisadas, como apresentações institucionais e relatórios para investidores, também foram utilizados com o objetivo de enriquecer a análise, uma vez que o processo de financeirização nas organizações dá-se por uma combinação de intervenções via instrumentos de gestão, mas também de narrativas (CUSHEN, 2013; FROUD et al., 2006; FROUD et al., 2000). Tais documentos representam o que as empresas consideram que acionistas e possíveis investidores valorizam. Apesar de serem arquivos disponibilizados publicamente, optou-se por não identificar as instituições, portanto suas menções, em todo trabalho, estão instituídas como IES A, B, C e D e grupos 1, 2 e 3 (Tabela 1).

Para análise dos dados, optou-se pela técnica de análise de conteúdo. Conforme Bardin (1977), o método de análise qualitativa pode ser dividido em partes. Para a presente análise, foram consideradas: organização na análise (pré-análise), codificação e categorização. Na etapa de pré-análise foi feita leitura flutuante do material, separando as informações úteis do corpo das entrevistas. Em um segundo momento foi feita a exploração do material, que determinou as unidades de registro, ou seja, unidades que seriam buscadas nos materiais para fins de codificação e enumeração. Por fim, a categorização e tratamento das informações foram realizadas, considerando outros fatores envolvidos na mensagem como o contexto e o emissor, o que permitiu a elaboração das interpretações dos resultados por meio de inferências. Os pressupostos de pesquisa elaborados pelas autoras foram as bases da categorização. A partir disso, as autoras se dividiram para, individualmente, analisar os temas e, eventualmente, criar novas categorias emergentes da pesquisa com base no material coletado. Em seguida, tais categorias foram debatidas pelas autoras, chegando-se à definição consensual final das categorias emergentes. Foi utilizada uma planilha Excel para organizar as falas e também os temas e, posteriormente, as categorias.

## RESULTADOS

### Diminuição do investimento em infraestrutura e fomento às práticas de ensino à distância

O pressuposto da diminuição do investimento em infraestrutura emerge da ideia de que a financeirização induz à redução de custos fixos. No contexto das empresas estudadas, isso pode ser observado em documentos de divulgação para investidores nos quais a diminuição do custo com infraestrutura, ampliação do EaD e de informatização dos recursos são apresentados como fatores importantes para maior escalabilidade dos negócios. Em um contexto financeirizado, como os objetivos são de curto prazo, o foco está na rápida mudança, quando esta é necessária para atender aos interesses do mercado financeiro. A diminuição do investimento em infraestrutura e o fomento às práticas de EaD se apresentam então como boas apostas estratégicas para a replicabilidade do negócio.

O esforço das empresas na diminuição do custo com infraestrutura pode ser exemplificado na apresentação institucional do Grupo 1, divulgada na página de relação com investidores da empresa. No documento, são apresentados nas páginas iniciais números relativos à redução de custos como aluguel, IPTU e manutenção. Como alavancas para essas reduções, são consideradas, entre outros, a implantação do EaD e otimização de custos corporativos.

Ao mesmo tempo, permanecem algumas estruturas físicas importantes para o ensino, como bibliotecas e laboratórios. A percepção dos professores sobre tais estruturas é, em grande parte, positiva.

“Os laboratórios eram todos muito bem montados (...) nas aulas laboratoriais não precisava de nada, era bem equipado e tinha recursos.” (Pessoa 4)

“Os instrumentos físicos tinham todos: internet top, biblioteca grande.” (Pessoa 3)

Porém, percebeu-se outra visão quando se trata de elementos da infraestrutura que não são aparentes para os considerados “clientes” (alunos). Por exemplo, em todos os relatos ressaltou-se que para atividades extra-classe de rotina, havia a sala dos professores, um espaço compartilhado com outros profissionais, muitas vezes cheio e sem estrutura para tais atividades.

“Existia uma sala dos professores (...). Não tem gabinete próprio, mas uma sala que não cabe ninguém. Não tinha nem mesa para corrigir prova.” (Pessoa 1)

Considerando o contraste entre as percepções dos professores da infraestrutura aparente para os alunos e da que compete apenas ao trabalho docente, pode-se entender que a infraestrutura permanece mais como recurso importante como promoção da imagem das empresas frente aos seus “clientes” (alunos), mas também frente a investidores. Observa-se que a experiência imediata do “aluno/cliente” é considerada prioridade uma vez que tem impacto direto em indicadores de receita da instituição, como “aquisição” de alunos, retenção e ticket médio.

Em contrapartida, em relação àquilo que não é visível ao aluno e tangencia o trabalho docente, percebe-se a precariedade de infraestrutura. Em linhas gerais, o tipo de infraestrutura que recebe investimento é aquele que favorece a imagem da empresa e a experiência de seus “clientes”. Em segundo plano está a infraestrutura que afeta apenas o trabalho dos professores diretamente.

“[...] há uma diferença em relação aos recursos técnicos e aparências. [...] Aparência e indicadores são escancarados em relação à qualidade do trabalho. É uma instituição que está o tempo inteiro olhando para o mercado.” (Pessoa 2)

A informatização dos processos acadêmicos também é um fator importante na imagem das empresas frente aos investidores. Isso é evidenciado na apresentação de resultados do segundo trimestre de 2021 do Grupo 3, na qual a tecnologia de ponta é colocada como forma de permitir certo tipo de flexibilidade e escalabilidade para os negócios, dado que, subjacente à “transformação digital” da companhia, está a padronização do ensino, facilitando a replicabilidade de cursos. São consideradas neste documento algumas funcionalidades digitais de ensino, como cursos, disciplinas, turmas, trilhas de aprendizagem, conteúdos complementares, laboratório virtual, provas e simulados digitais, entrega e gestão de trabalhos, e tutoria online. A “transformação digital” inscreve-se, também, em uma narrativa de inovação que contribui para a expectativa de geração de fluxo de caixa futuro para os acionistas (FROUD et al., 2004).

Ao mesmo tempo, a utilização desses sistemas se revelou contraprodutiva e muitas vezes ineficaz ao longo das entrevistas, o que pode ser considerado uma degradação da (infra)estrutura necessária para realização do trabalho, constituindo-se, portanto, elemento de precarização do trabalho.

“Parte boa era que o sistema corrigia, mas ele sempre errava e acabava tendo que corrigir na mão de novo.” (Pessoa 4)

“Eu preenchia muita coisa em um sistema super burro de computador. Havia uma cobrança de produtividade de preencher pré-aula, a cada aula, mas o sistema era péssimo. Era muito estresse.” (Pessoa 1)

Outro aspecto importante associado à replicabilidade do negócio, ao atingimento de objetivos de curto prazo e redução de custos fixos é o EaD, também facilitado pela transformação digital. Apesar das pessoas entrevistadas relatarem terem tido poucas experiências com essa modalidade de ensino até então, foi possível observar aspectos relevantes para a discussão. Um deles diz respeito à ideia de escalabilidade e aumento de lucros.

“O [Grupo 1] era vanguardista em perspectivas pedagógicas, isso já era da rotina acadêmica desde antes da pandemia, a partir de 2015. Entendo que isso fazia parte de uma estratégia visando o lucro e tinham muitas referências mundiais do EaD. Novas metodologias de aprendizado para colocar o aluno no centro das ações. Com olhar de gestor acadêmico, penso que faziam visando custo pois isso escalava bastante. Era essencial investir em modelos para propiciar uma boa EaD.” (Pessoa 6)

Dos relatos que fazem menção ao EaD, percebem-se indícios de insatisfação profissional com relação a qualidade do ensino e interação com os discentes.

“Cheguei a gravar aulas em estúdio. Tinha também alguns slides só com a voz. As tarefas eram remotas e as questões eram corrigidas por um sistema. Depois de gravar, a função era responder os fóruns dos alunos. Por isso sentia que não estava aprendendo. Era muito superficial sempre.” (Pessoa 1)

No que diz respeito às informações divulgadas pelas empresas aos investidores, também é evidente como o EaD é relevante para a imagem positiva. Além de ser apresentado como uma das alavancas da redução de custos pelo Grupo 1, nas divulgações de resultados do Grupo 2, os resultados do EaD também são colocados como um destaque, com um crescimento de 52% ao ano.

A partir das análises, é possível entender como a diminuição dos custos com infraestrutura, a implementação de sistemas tecnológicos e a ampliação do EaD possuem papéis importantes para as instituições financeirizadas em questão. Além disso, são notáveis as consequências dessas estratégias no trabalho dos professores ao alterar dinâmicas e precarizar condições de trabalho.

### **Maior padronização do trabalho**

O pressuposto referente a padronização foi um aspecto relevante à discussão, apresentando-se de forma multifacetada, em relação dinâmica com a questão da autonomia. Os principais pontos observados foram em relação às práticas na rotina do trabalho. Percebeu-se esforço em direção à padronização do trabalho docente, que pode ser justificado na tentativa de facilitar a reprodução de padrões rapidamente, se isso significar maiores ganhos aos acionistas. Dispondo de um trabalho padronizado, acelera-se a replicabilidade dos modelos de negócios. A possibilidade de fazer alterações de matriz curriculares para várias universidades de diferentes regiões do país em pouco tempo é um exemplo disso; a abertura de cursos variados, seguindo formatos padronizados, é outra. Também, curtos períodos de tempo necessários para replicar toda a dinâmica da gestão acadêmica (como matrizes curriculares e modelos de avaliação) de novas organizações quando são feitas fusões e aquisições.

Observando aspectos relacionados à rotina de trabalho, nota-se que a inserção de sistemas tecnológicos está relacionada à padronização do trabalho. Bancos de questões compartilhados, elaboração e correção automática de provas são pontos que contextualizam a discussão. Nas apresentações para investidores, a digitalização é destacada: "Digitalização como modelo estrutural de negócios coloca a Companhia de volta no caminho do crescimento com **maior racionalidade na alocação de capital** e recuperação de rentabilidade" (Apresentação de Resultados Grupo 1, grifo das autoras). Em contrapartida, como consequência dessa padronização, professores têm pouco protagonismo ao elaborar e corrigir avaliação.

"Provas eram no banco de dados. Não tinha autonomia nenhuma na formulação de questões." (Pessoa 1)

"Até o semestre passado eu elaborava e corrigia as provas. Agora está mudando e tem um padrão. As decisões são tomadas na esfera macro e chega na gente pronto, antes eu participava de reuniões para discutir a qualidade do curso. Hoje não tem mais nada." (Pessoa 2)

Para além das avaliações, a elaboração de aulas e de planos de ensino também são aspectos correlatos à padronização. Professores precisam executar um plano de ensino elaborado pela organização e conduzir aulas prontas.

"Na [IES\_C] as aulas já vem prontas. A gente que lute pra dar." (Pessoa 3)

Em contrapartida, uma pessoa entrevistada que já lecionou e atualmente trabalha na gestão educacional foi a única a não apontar este tópico como fator negativo, revelando um possível conflito entre gestão e núcleo operacional:

"Eu não vejo problema nenhum nisso. Se o professor seguir o plano, não interessa se ele fez a prova ou não. Combinado não sai caro" (Pessoa 5)

Em contraste à padronização em vários elementos do trabalho, professores se referem à

possibilidade de condução livre da aula dentro de sala como um aspecto que ainda permanece intocável. Mesmo existindo sistemas tecnológicos de controle e gestão e diversos tipos de padronização do trabalho, dentro de sala o professor (ainda) fala e ensina o conteúdo de forma livre.

"Na [IES\_B] ainda tem uma autonomia relativa. Quando entra na sala e fecha a porta, ainda consegue desenvolver um bom trabalho, apesar da instituição atrapalhar. Isso cada vez mais tem sido ameaçado." (Pessoa 2)

"Na sala de aula, ficava mais a cargo dos professores, não tem uma auditoria." (Pessoa 6)

Em suma, o professor não é mais responsável por elaborar e conduzir dinâmicas clássicas de seu trabalho, como plano de ensino, avaliações e conteúdos de aula. Essa elaboração agora é feita pela gestão acadêmica e corporativa (representantes da cultura voltada aos acionistas), sendo padronizada a todas as pessoas que irão executá-las. Existe, portanto, um padrão definido por terceiros a ser seguido. Contudo, os professores percebem a sala de aula como espaço onde a autonomia pode ser exercida. Ainda assim, tal autonomia pode ser restrita por outros elementos do sistema de gestão, ou mesmo por autodisciplina imposta a partir da necessidade de gerar valor ao acionista, como será visto adiante.

### **Liquidez das relações de trabalho e intensificação**

Um aspecto relevante do trabalho em instituições financeirizadas é a preferência pela liquidez na estrutura e na forma de gestão, na medida em que possibilita a mudança rápida de um investimento ao outro se eventualmente isso significar maiores ganhos (DIAS E ZILBOVICIUS, 2006).

Ao longo das entrevistas pôde-se observar essa lógica aplicada ao trabalho de professores de diferentes formas, mas relacionadas entre si. A liquidez é percebida nos contratos de trabalho, que estão sempre diretamente relacionados à quantidade de horas/aula ou na contratação como pessoa jurídica, elemento já observado por Gemelli et al. (2020). Tal liquidez traz consigo a possibilidade de demitir e contratar com mais facilidade, o que tem como consequência uma maior rotatividade desses profissionais entre as empresas.

"Era sempre uma apreensão nos meses de junho e novembro. Tinha uma data de corte de aviso prévio. Se o coordenador chamava para conversar, já sabia se vai ser demitido, são datas marcantes da agenda e na cabeça dos professores." (Pessoa 6)

Entre as pessoas entrevistadas foi predominante a contratação como CLT horistas embora também haja ocorrências de MEI/PJ, principalmente nos casos de professores da pós-graduação.

"Tive que abrir CNPJ. [...] Dou duas aulas por ano há 6 anos em um MBA que é interessante pois não desgasta muito mas não conta como semestres lecionados para um concurso por exemplo." (Pessoa 1)

Apesar dos padrões de contratação observados, foi também possível analisar que a lógica da liquidez ultrapassa os acordos formais. A liquidez pode ser vista não só no contrato, mas na dinâmica empregatícia e na sensação de segurança e estabilidade dos professores.

"Eu me sentia totalmente descartável." (Pessoa 1)

"[...] parece que a gente tem que se virar nos trinta e dar mais do que o melhor para se manter" (Pessoa 7)

Além disso, é possível destacar outro importante aspecto, qual seja, a dependência dos comportamentos do mercado consumidor.

"Trabalho completamente instável, não há nenhuma obrigatoriedade da instituição de manter o professor. O que leva ao desligamento é a quantidade de alunos, diretamente proporcional." (Pessoa 6)

Uma vez que o emprego está relacionado à quantidade de alunos e essa quantidade possui variações por questões sociais e econômicas, a empregabilidade está condicionada a mudanças pouco previsíveis. Ademais, tal lógica reflete indiretamente e negativamente na autonomia do professor em sala de aula, haja vista que a permanência no emprego depende, também, da avaliação dos mesmos em relação aos docentes, o que é característico da mercantilização do ensino - alunos/clientes tornam-se os juizes do valor da mercadoria consumida e influenciam na sobrevivência ou não do empreendimento.

Porém, a verbalização a seguir revela uma faceta ainda mais complexa, trazida pela financeirização, que é o progressivo abandono dessa lógica (também questionável) da "qualidade ao cliente" visando manter ou aumentar a participação do mercado, sendo desligamentos realizados somente em caso de má avaliação pelos alunos, em prol da redução constante de custos (e de trabalhadores), mesmo que a qualidade seja aceitável pelos alunos/clientes:

"É notável a reação ao mercado. Antes tinham muitos professores. Ia ter que desligar professor por conta de mercado. Um dos critérios era a avaliação institucional, mas **chegou um ponto que não tinha** [professor] **mal avaliado**. Aí começou a cortar carga horária e depois não aumentar. Aí fazia o desligamento." (Pessoa 7, grifo das autoras)

Como mostram Cushen e Thompson (2016), o foco nos resultados de curto prazo induz os gestores a práticas de redução de custo, que geram resultados financeiros imediatamente visíveis, em detrimento a investimentos em qualidade ou inovação, destinados a ampliar os retornos em prazos maiores (no caso, ampliando o número de alunos a partir de características qualitativas do ensino - professores bem avaliados, inovações no ensino...), trazendo, porém, maior incerteza quanto a tais resultados. Assim, num contexto financeirizado, a liquidez das relações de trabalho se mostra como uma interessante ferramenta para que as empresas consigam gerir seus ativos e demonstrar resultados contábeis, por meio de reestruturações constantes. Por outro lado, representa também uma lógica que motiva grandes inseguranças e deixa as condições de empregabilidade dos professores mais instáveis.

Diretamente relacionada à lógica de redução constante de custos, a intensificação do trabalho de professoras e professores foi um tópico bastante presente ao longo das entrevistas. A primeira evidência de intensificação é o aumento da quantidade de alunos nas turmas, que também influencia nas condições de trabalho dos professores. Mesmo que em alguns contextos houvesse um reforço de infraestrutura para suportar uma grande quantidade de alunos, algumas tensões ficam mais evidentes e trazem maiores preocupações para professores, como um dispêndio maior de energia física e cognitiva, além da redução da autonomia real devido às restrições informalmente impostas pelo número de alunos.

"Por mais que houvesse cuidado de montar uma sala para muita gente, ainda era

complicado. Sempre ficava com alguém que não conseguia ver. Há de considerar o esforço de fazer os 100 caberem na sala. Mas para conseguir conduzir uma turma de 100 alunos mudava a forma de avaliação. Professores eram instruídos a dar provas diferentes porque às vezes os alunos conseguiam acessar materiais durante a prova." (Pessoa 6)

"Eu sempre gostei de dar prova aberta, mas quando eu tinha turmas muito cheias eu tinha que dar provas fechadas, senão era impossível corrigir dentro dos prazos que a instituição me cobrava. Quando extrapola esse número de alunos, o principal problema era a questão da voz porque tinha que falar muito mais alto e essa sobrecarga de trabalho com correções." (Pessoa 1)

Ao analisar os motivos do aumento das turmas, é possível observar que não necessariamente estão relacionados com o aumento do número de alunos (conforme dito acima, uma estratégia possível, mas incerta e de maior prazo), mas com a diminuição do número de professores, i.e. aumento da proporção alunos por professor. Dessa forma, é possível aproveitar custos de pessoal, ao mesmo tempo que se amplia a quantidade de alunos e investe-se pouco para adequação da infraestrutura. Nos relatórios e apresentações para investidores, a otimização de custos é vista como um fator atrativo para acionistas. Resumindo, seja a partir das práticas de trabalho ou da relação com a empregabilidade, o trabalho docente é intensificado pelas dinâmicas da financeirização.

### **Diretrizes orientadas pelo mercado financeiro transformando o trabalho e a gestão acadêmica**

Como pressuposto, esta categoria remete a como o mercado financeiro adentra às organizações e têm impacto direto nas diretrizes das empresas. Com a pesquisa, foi possível perceber que esta é uma dinâmica que não tem sua dimensão material em um único campo do trabalho. O pressuposto foi formulado principalmente a partir do desdobramento de indicadores do mercado financeiro e do comportamento dos gestores nas dinâmicas das organizações, mas observou-se que isso acontece também de forma indireta nas práticas de trabalho, estando conectado com outros pressupostos citados nesta seção. De fato, as organizações precisam atender às condições do mercado financeiro, mostrando-se flexíveis e rentáveis aos acionistas. Os demais pressupostos vão existir na tentativa das organizações reagirem às demandas do mercado financeiro e consumidor, e a consequência desse movimento pode ser prejudicial aos docentes. Um exemplo pode ser a rápida reação das empresas frente aos desafios da adaptação do ensino frente à pandemia do COVID-19, movimento apressado que dificultou o ajustamento docente em relação à nova modalidade de ensino.

"Entrou uma pandemia, fazendo as instituições readequarem tudo. [IES\_C] em uma semana estava dando aula pelo Teams. [IES\_C] tem uma agilidade que me impressiona diante do conflito, do dilema das mudanças, às vezes até nos atropela." (Pessoa 3)

Ao mesmo tempo, as instituições parecem se vangloriar frente a rápida adaptação: "O mais relevante *turnaround* já realizado pela [IES\_C]: Entramos em 2021 ajustados para a digitalização do Ensino Superior" (Apresentação Institucional IES\_C, 2021). Esse "atropelamento" do trabalho docente pelas instituições frente a rápida necessidade de mudança também foi um tópico explorado em outros relatos. Isso acontece para que haja flexibilidade frente a uma necessidade de liquidez, ao mesmo tempo que é necessária certa padronização para que seja possível a replicabilidade.

"É uma instituição que está o tempo inteiro olhando para o mercado. Inovação é

muito foco, 'quem fica parado é poste' mas isso é insuportável para alunos e professores. Por exemplo: começa em uma matriz e no meio do curso muda."(Pessoa 2)

O movimento rápido pode ser justificado pela visão e objetivos de curto prazo e a necessidade de garantir a rentabilidade do investimento. Tal potencial de rentabilidade pode ser percebido pelos investidores por meio dos indicadores presentes nos relatórios disponibilizados pelas instituições. A partir disso, diversas estratégias e ações corporativas são tomadas com o objetivo de potencializar esses números. Dessa forma, as diretrizes estratégicas são definidas com o objetivo de melhorar a rentabilidade do investimento a partir de indicadores presentes nos relatórios para investidores, como número de alunos, receita líquida, otimização de custos, entre outros.

"Tinha-se uma perspectiva de trabalhar na linha de eficiência acadêmica, tentar melhorar os números da sala de aula, então investindo em práticas que ganhassem otimização de números de alunos, por exemplo: ensino híbrido (parte online e parte presencial). [...] quer queira quer não, tem a lógica de número de alunos alto, e reduzir o número de professores". (Pessoa 6)

Outro exemplo de estratégia institucional para garantir a rentabilidade do investimento evidencia o conflito capital/trabalho na financeirização e seu impacto no trabalho docente. A quantidade de alunos é um dos indicadores importantes para empresas educacionais de capital aberto, uma vez que reflete em receita, vista como indicador atrativo pelos investidores e acionistas. O número de alunos matriculados é um dos indicadores que aparecem com alto destaque em todas as apresentações institucionais e relatórios para investidores. Ao passo que esse indicador elementar oscila negativamente, as instituições definem rápidas estratégias/ações tentando reaver os números e garantir a atratividade do investimento. Uma estratégia observada foi a atribuição da responsabilidade de aumento do número de alunos à coordenação (papel que em vários relatos também era ocupado por professores). Essas decisões parecem ser firmadas de maneira independente à vontade e opinião dos docentes, que muitas vezes eram na verdade de posicionamento contrário, seja por não se verem nesse papel de "gestor de marketing", seja porque tal prática exacerba a mercantilização da educação, como mostra a verbalização a seguir:

"O que me fez sair foi quando [...] o número de alunos começou a reduzir, o crédito estudantil facilitado também começou a reduzir e isso fez com que a instituição precisasse mirar o seu indicador mais importante, captação de alunos. E eis que nesse momento os coordenadores foram também imbuídos e responsabilizados de captar alunos. [...] Os coordenadores passaram a ser peças fundamentais na captação, então acredita-se que era função dos coordenadores. [...] eu tive que ligar para os candidatos do vestibular para ver se eles tinham alguma dúvida: olha aqui quem tá falando é o coordenador, tem algum processo que precise te auxiliar? Aquilo na época pegou como um choque aquele negócio. Primeiro que eu não era muito a favor dessa ação. Segundo que boa parte das ligações, para não dizer quase todas, a percepção que eu tive era a impaciência do aluno como se alguém estivesse ligando e oferecendo um plano de celular pra eles. [...] Foi isso [que fez a pessoa sair da IES] e todas as outras ações que queriam responsabilizar o coordenador da gestão acadêmica por esses fatores [aumento e diminuição do número de alunos]". (Pessoa 6)

Para além da atribuição de novas tarefas e responsabilidades, também é possível perceber o desdobramento das diretrizes orientadas pela disciplina e dinâmica do mercado financeiro a partir da gestão corporativa, num contexto de distanciamento entre os investidores (proprietários) e a gestão do negócio, típico de ambientes financeirizados. Nesse sentido, três aspectos emergem na mediação entre os trabalhadores, a gestão e os investidores: decisões

centralizadas na cúpula estratégica, comunicação vertical em forma de repasse e uso de indicadores de gestão.

"Tudo que vem decidido, vem da reitoria da [cidade sede da organização]. Na [cidade sede da organização], tem direção nacional que comanda as regionais, tem sub-regionais [unidades que têm os diretores]. Diretores comandam gerente acadêmico e gerente administrativo." (Pessoa 3)

No processo de financeirização, o investimento num sistema de produção é considerado um investimento como outro qualquer (incluindo investimentos puramente financeiros). Perdem-se, assim, quaisquer especificidades relativas ao sistema de produção de um bem ou serviço em particular (CHIAPELLO, 2015). Com a educação, não é diferente. Daí a importância de padronizar não apenas o trabalho dos professores, mas também as métricas de gestão, retirando autonomia dos profissionais da gestão educacional. A gestão da educação torna-se uma gestão "genérica", direcionada pelos interesses dos acionistas - que, potencialmente, investem em quaisquer negócios disponíveis no mercado de ações, comparados entre si por meio dos indicadores.

"O grau de autonomia dos diretores era muito pouco, quem dava os direcionamentos mesmo era a reitoria e **os diretores só repassam essa informação**. Professores tinham todo semestre uma reunião com o presidente d[do Grupo 2], fazia apresentação, metas, intenção do grupo, etc." (Pessoa 4, grifo das autoras)

"Houve uma centralização, daí que é essa mudança. A coordenação já não dava tanto *pitaco* mais sobre a gestão e estrutura de grade, porque tinha um grupo central que fazia isso e **só mostravam o resultado**, cumpria uma ali uma ação de partilhar os resultados (...)." (Pessoa 6, grifo das autoras)

Portanto, a financeirização modifica também o trabalho da coordenação, que, quando ocupada por profissionais da educação, vê-se "entre dois mundos", nos quais prevalecem interesses (e métricas) distintos: os da educação e os do mercado financeiro.

"A coordenação vive um cabo de guerra com gerência acadêmica. **Gerente acadêmico quer produzir dados e não educação**. A coordenação problematiza muito isso, entra no cabo de guerra." (Pessoa 3, grifo das autoras)

"[...] a questão da gestão acadêmica já não estava mais nas mãos dos coordenador porque tinha um núcleo central que cuidava disso, das discussões de grade, então o coordenador já não estava tão mais presente. E aí aos poucos muda qual (...) era o *script* da figura de coordenação, então por isso que me fez sair" (Pessoa 6)

"[...] à medida que os coordenadores são retirados da forma como se constrói por exemplo a condução de matrícula e a estruturação de grade curricular, é retirada desse meio e passa a ser delimitado por uma instância outra. E ainda depois você é colocado de frente com o aluno para debater problemas. Era extremamente pesado pra mim, eram ações das quais eu não estava envolvido para definir ou pelo menos ter condições de criar uma estratégia de entendimento próprio sobre aquilo, mas eu era imbuído de estar lá, frente a frente dos alunos, para defender um ponto de vista, um princípio que me foi passado por outra equipe. [...] foi aí que os trilhos começaram a descarrilar." (Pessoa 6)

Tais movimentos retiram a gestão acadêmica das atribuições do coordenador/professor e ao mesmo tempo os responsabilizam para endereçar as mudanças necessárias. Isso se justifica pela necessidade de tomar decisões/ações em prol do aceite de acionistas. Quando professores e coordenadores são responsáveis pela gestão acadêmica, tendem a priorizar

decisões que influenciam em indicadores que não são, necessariamente, os mesmos priorizados nos relatórios para investidores:

"Nesse momento eu saí. Não estava alinhado a meus propósitos. A instituição é privada e ela tem que responder aos acionistas e vejo que precisa abrir mão de indicadores [de qualidade de ensino]. Mas à medida que isso começa a influenciar na forma de trabalho que acredito que é a mais tranquila, não faz sentido." (Pessoa 6)

O indicador de qualidade mencionado, ainda que se possa questionar a qual qualidade de ensino se refere, apareceu uma única vez em somente um dos relatórios e apresentações pesquisados, o que, em consonância com as verbalizações, demonstra indícios de conflito entre os indicadores importantes para os professores e indicadores importantes para os acionistas. Dessa forma, com o deslocamento das atribuições da gestão acadêmica para a gestão corporativa, as instituições conseguem facilitar uma governança em prol dos interesses de acionistas, provocando impactos no trabalho docente que permeiam outros pressupostos da pesquisa, como padronização e intensificação do trabalho.

Para além dos pressupostos definidos a priori para a pesquisa, outro tópico emergiu da análise dos dados, qual seja, a importância da “gestão das aparências” no cotidiano docente, dado que, no capitalismo financeirizado, o valor da ação a ser negociada no mercado financeiro se dá em função da promessa futura de retorno do investimento e, portanto, das expectativas construídas sobre o valor futuro. Esse tópico será explanado a seguir.

### **Financeirização e o exercício da profissão em uma instituição de aparências: professor-empresendedor e espetacularização da docência**

A cultura voltada ao acionista, a visão de curto prazo e a preferência por liquidez são elementos da financeirização que dão luz à expansão intensificada da reestruturação produtiva relacionada à financeirização, potencializando e intensificando construções já conhecidas no capitalismo contemporâneo, como o individualismo e a competição.

"Sinto muita insegurança dos professores e às vezes se sujeitam a algumas situações e ficam batendo palma. Ficam inseguros e querem fazer de tudo para ser visto e lembrado." (Pessoa 7)

Como visto, a liquidez das relações de trabalho, parte importante da dinâmica de organizações financeirizadas, tem relação com a intensificação, precarização e empregabilidade. O cenário instável gera insegurança por parte dos docentes, que com o temor da supressão de seus empregos, fazem malabarismos para serem vistos e reconhecidos.

"Além das horas aulas, cumpre vinte horas semanais de serviços administrativos [...] e de coordenação de projetos de extensão, **que é quando começa a ser mais visto. Ser visto é importante.**" (Pessoa 7) (grifos das autoras)

Aparece, assim, a figura do professor-empresendedor-de-si, que coloca o trabalhador enquanto “dono do seu negócio” e responsável por sua própria carreira. Segundo Boltanski e Chiapello (2009), as pessoas passam a se comportar em prol de seu sucesso pessoal, para tanto gerindo o que é chamado de "capital de relações". Pongratz e Voss (2003) conceituam esta força de trabalho como o "empresendedor empregado". Uma de suas características é o que os autores denominam "auto-comercialização", sendo uma intensificação ativa e prática da produção e comercialização de suas próprias capacidades e potencialidades no mercado de trabalho e nas empresas, por exemplo, a partir da utilização docente de canais próprios

para produzir conteúdos que colaborem para uma imagem positiva sobre si.

“[...] na época da escassez de oferta de emprego para professor [...] **professores tem se auto promovido por meios informais**”. (Pessoa 5, grifo das autoras)

Nesse sentido, no contexto educacional privado, o mercado de trabalho é composto por atores individuais, sendo o empreendedorismo um sintoma de transferência dos riscos do capitalista para o trabalhador (DIAS E ZILBOVICIUS, 2006). Ao mesmo tempo, a financeirização agrava o esvaziamento do sentido do trabalho docente, aspecto já conhecido nas dinâmicas mercantis. Em alguns casos relatados observou-se frustração e até mesmo abandono dos cargos. No exemplo a seguir, é importante ressaltar que trata-se de um profissional que atuou como professor e coordenador.

"A financeirização foi uma das coisas que me fez sair." (Pessoa 6)

Nesse caso, a insatisfação com o trabalho estava diretamente relacionada com as mudanças de gestão que passam a centralizar as decisões em uma nova instância de poder. Decisões como a estrutura e grade curricular passaram a ser tomadas por um núcleo compartilhado por várias empresas do grupo. Assim, o papel dos coordenadores passa a estar mais relacionado com a parte operacional da gestão acadêmica e com a relação e comunicação com alunos sobre temas que não possuem mais poder de mudança, e que não necessariamente se remetem à questão educacional.

Dessa forma, é possível observar que formas de exploração continuam se alternando e impactando na subjetividade do trabalhador. No contexto financeirizado, isso se caracteriza pela autodisciplina, formas indiretas do controle do trabalho, a produção e comercialização ativa da própria capacidade de trabalho, e a vontade de ajustar e organizar as próprias necessidades e vida privada às exigências de uma empresa. Essas características passam a ser exigências importantes para a manutenção da empregabilidade (ALVEHUS E SPICER, 2012; PONGRATZ E VOSS, 2003).

Também, levando em consideração a dimensão especulativa de um mercado financeirizado e necessidade de valoração do capital acionista, faz-se importante que essas instituições se tornem atrativas, tanto para os investidores quanto para os alunos/clientes. A atratividade foi percebida não necessariamente a partir da qualidade do ensino, mas a partir do que a instituição *aparenta* ser e do que esta *promete* aos alunos e investidores. Isso tem impacto direto no trabalho docente.

Para além da realização em investimentos que, aos olhos dos alunos, aparentem qualidade de ensino, como a transformação digital já citada, observou-se pressão para a prática de trabalho de professores considerasse as aparências. Uma evidência desse aspecto pode ser o conflito em relação ao rigor acadêmico, pois ao mesmo tempo que é um valor importante para dar credibilidade à instituição frente aos alunos, pode ser um fator que aumenta a evasão - um relevante indicador presente nos relatórios para investidores.

"Havia uma política do rigor acadêmico: ‘vamos ser mais rigorosos com a qualidade do ensino’. Mas quando faz isso, os alunos começam a evadir. Aí os coordenadores chamam para reunir. Entendi que **na verdade a política do rigor é uma aparência**. Você deve parecer rigorosa mas não pode ser. Para o professor, é a exigência de um super homem, tem que fazer um show. Não é formação de conteúdo, é de aparência. Aula que vai assegurar a presença do aluno, vai ser dinâmica, etc." (Pessoa 2, grifo das autoras)

Vale destacar a importância da *performance* do docente para as instituições, tendo que realizar aulas-espetáculo que sejam engajadoras e ao mesmo tempo tendo que aparentar certo rigor acadêmico. Nesse ponto, é notável observar indicadores de aparência que são colocados como destaques nas apresentações para investidores como NPS (*Net Promoter Score*, nota advinda de pesquisas de satisfação com pergunta do tipo “de 0 a 10, o quanto você indicaria nossa empresa aos amigos?”) e notas do *site* público de avaliações “Reclame Aqui”. De acordo com o relatório para investidores do Grupo 3 em 2021, “a satisfação do aluno vem aumentando, refletindo em uma melhoria do NPS ao longo dos últimos anos”. A pressão por uma boa aula aumenta ao considerar que esse é um fator importante na avaliação que os alunos fazem da IES, cabendo refletir acerca do que significa uma “boa aula”. Ressalte-se, porém, que o NPS não é apenas um indicador da qualidade atual, mas, mais importante, um indicador de promoção da IES para possíveis alunos, consequentemente, obtenção de futuros alunos/clientes - ou seja, de fluxo de caixa futuro.

Dentre os esforços institucionais para melhorar as aparências, surgem novas atribuições para os professores. Para que contribuam com a construção de uma imagem positiva frente a alunos e acionistas, o trabalho é intensificado. Assim, além das atribuições clássicas, esses profissionais passam a ser cobrados pelas impressões que passam para os alunos e isso torna-se mais uma habilidade para conciliar.

O trabalho também é afetado em suas condições materiais. Assim, as prioridades de investimento interno tem foco em construir uma imagem e arquétipo de instituição que brilhem aos olhos dos alunos. Ao passo que o corpo docente é menos protagonista para o alcance dos objetivos citados acima, observa-se a diminuição da infraestrutura relacionada ao exercício do seu trabalho, como exemplo salas de professores pequenas e com mobília ineficiente, contribuindo para a precarização. A transformação digital também contribui para o discurso de “inovação” visando ampliar a quantidade de alunos, gerando expectativa de fluxo de caixa futuro, porém impactando na padronização de aspectos do trabalho docente, conforme visto anteriormente.

Outro elemento importante para a imagem das IES é o discurso sobre empregabilidade de seus alunos. Nesse ponto há dois aspectos a serem destacados: a promessa de emprego vinculada à formação e o conceito atribuído à IES pelo MEC.

"É uma faculdade que sempre teve responsabilidade de **responder à expectativa** da empregabilidade. [...] Gera angústia muito grande e que isso chega nos professores também. Era difícil lidar com a ansiedade dos alunos." (Pessoa 2, grifo das autoras)

Embora não tenha sido encontrado nenhum índice de empregabilidade ou similar nas divulgações para investidores, trata-se de discurso conhecido entre os professores e alunos, importante para publicidade, ou seja, atração de novos alunos, que visa garantir fluxo de caixa futuro, valorizando a organização aos olhos dos acionistas. Ademais, também se observou a dinâmica destas organizações em relação aos parâmetros de avaliação do MEC, evidenciada pela necessidade de manutenção de notas acima de um valor específico para assegurar bolsas de estudos, mas também pelo esforço do preparo para receber a avaliação de curso, seguido do esvaecimento dessas ações depois da avaliação – demonstrando a importância da aparência, e não necessariamente da qualidade em si.

"A visão é que tudo vai ser flexibilizado, até a chegada do MEC. [...] Depois desse reconhecimento do curso, a coisa se esvai, **sensação que as coisas estão maquiadas**" (Pessoa 6) (grifos das autoras)

Assim, ao compreender a importância da manutenção de boas aparências pode-se entender suas várias implicações. Esse comportamento espetaculoso traz consigo novas atribuições e intensificação para o trabalho docente, sobretudo porque significa não apenas uma tarefa a mais, mas, combinado aos demais elementos trazidos pela financeirização, configura-se como um conflito. De fato, a gestão da aparência, visando o fluxo de caixa futuro, deve ser realizada pelo profissional docente em concomitância com as diversas reduções de custo, visando redução de custo no presente, tratando-se, portanto, de uma “injunção paradoxal” (GAULEJAC, 2005) à qual os trabalhadores são submetidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiram-se neste artigo os impactos da financeirização no trabalho de professores que atuam em IES submetidas a essa dinâmica e suas consequências. Observou-se que o trabalho docente é reconfigurado para atender a necessidades do mercado financeiro, como rentabilidade a curto prazo, liquidez e outros elementos da atratividade do investimento, refletindo em impactos nocivos ao exercício da profissão. Dentro disso, os principais aspectos observados foram intensificação e precarização do trabalho, instabilidade e insegurança quanto ao emprego, padronização do trabalho e reconfiguração do papel docente (responsabilidades, atribuições e tarefas). A financeirização aprofunda o processo de transformação do trabalho docente iniciado pela mercantilização da educação, tornando o ato de ensinar uma *commodity*, transferível no espaço e no tempo e avaliável conforme padrões que permitam a sua comparação com outros processos de trabalho quaisquer. Aos olhos dos acionistas, o ensino é uma opção de investimento comparável a qualquer outro processo produtivo. Ademais, um achado importante do trabalho relaciona-se à importância das aparências dentro dessas organizações e a necessidade de auto-comercialização e auto-promoção dos professores. Tais temas são centrais ao processo de financeirização da produção, uma vez que, além do resultado imediato do trabalho, o valor de um empreendimento para o acionista está na expectativa de geração de caixa futura, que se reflete no valor da ação atual. Assim, nota-se um conflito entre a necessidade de resultado financeiro real no curto prazo, obtido, via de regra, por reduções de custos, sobretudo fixos - redução de investimento em infraestrutura, corte de pessoal, contratos temporários... - e a necessidade de resultado financeiro provável no longo prazo, i.e. a expectativa de ampliação de fluxo de caixa futuro para aumento do valor da ação, que, desprovida de investimentos que possam de fato significar um aprimoramento da qualidade de ensino em longo prazo, fundamenta-se, quase que exclusivamente, na gestão das aparências - a ser realizada não apenas pelas narrativas disponibilizadas aos investidores (FROUD et al., 2006) mas, também, como demonstrado neste trabalho, pelo docente, tornando-se elemento de intensificação.

A financeirização, através dos pressupostos analisados e de outros que ainda podem ser pesquisados, propicia diferentes formas de exploração do trabalho docente com o objetivo de atender às demandas de um mercado financeirizado. Em alguns aspectos, contudo, ainda há dificuldade para distinguir “mercantilização” e “financeirização”. Tendo em vista as sutilezas da transformação das formas de exploração capitalista, acredita-se que há o que se aprofundar sobre as principais consequências de cada um dos fenômenos e como se diferem.

As discussões aqui apresentadas não são exaustivas ao tema e por isso propõem-se desenvolvimentos futuros, como eventuais entrelaçamentos entre as consequências da financeirização explicitadas neste trabalho. Um outro aspecto que merece aprofundamento é relativo ao trabalho de coordenação e gestão escolar no âmbito de organizações financeirizadas, dada a característica de distanciamento e padronização da gestão, própria ao processo de financeirização da produção. Assim, por exemplo, é de se perguntar se o trabalho

de coordenação e gestão escolar sofrerá, ao longo do tempo, precarização semelhante ao trabalho do professor, sendo tratado como um trabalho padronizado e transferível a terceiros. Quanto à questão da auto comercialização do trabalho docente associada ao fenômeno das redes sociais, seriam válidas pesquisas que construam uma análise aprofundada sobre este fenômeno a partir de sua relação com as instituições e o discurso de empregabilidade. Ainda, existem caminhos para estudos que explorem como as conquistas regulatórias dos sindicatos de professores e as exigências do MEC regulam e se relacionam com a dinâmica da financeirização e trabalho de professores. Finalmente, a pesquisa aqui relatada tratou das consequências da financeirização para o trabalho docente, mas não apresentou as resistências possíveis, por parte dos professores, a esse fenômeno. De fato, como qualquer trabalhador, os docentes são atores de seus processos de trabalho, e sua capacidade de se apropriar e/ou resistir à financeirização engendrará transformações no próprio fenômeno.

Com as discussões promovidas acredita-se contribuir para a discussão acerca dos impactos da financeirização na educação. A partir disso, será possível refletir e propor estratégias em defesa da educação de qualidade, valorizando de forma digna e melhorando as condições do trabalho de (trans)formação social realizado pelos professores da rede privada financeirizada.

## REFERÊNCIAS

ALVEHUS, Johan; SPICER, André. Financialization as a strategy of workplace control in professional service firms. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 23, n. 7-8, p. 497-510, 2012.

ANTUNES, Ricardo. A Sociedade da Terceirização Total. *Revista da ABET*, v. 14, n. 1, Janeiro a Junho de 2015

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BECHI, Diego. As reformas da educação superior e as metamorfoses do trabalho docente na economia capitalista flexível. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 3, n. 1, p. 203-223, 2017.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2009.

BURAWOY, Michael. The extended case method. *Sociological theory*, v. 16, n. 1, p. 4-33, 1998.

CAMPOS, Taís; VÉRAS, Renata Meira; ARAÚJO, Tânia Maria. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. *Revista Docência do Ensino Superior*, v. 10, p. 1-19, 2020.

CALVETE, Cássio da Silva. *Impactos da financeirização no mundo do trabalho. Emprego, Trabalho e Políticas Públicas*, 2009. Disponível em: [http://www.ftmrs.org.br/arquivos/file\\_512ff8fe14998.pdf](http://www.ftmrs.org.br/arquivos/file_512ff8fe14998.pdf).

CHAMBOST, Isabelle. At the very heart of financial dominance: the case of LBOs. In: CHAMBOST, Isabelle; LENGLET, Marc; TADJEDDINE, Yamina (Ed.). *The making of finance: Perspectives from the social sciences*. Routledge, 2018.

CHIAPELLO, E. The work of financialisation. In: CHAMBOST, Isabelle; LENGLET, Marc; TADJEDDINE, Yamina (Ed.). *The making of finance: Perspectives from the social sciences*. Routledge, 2018.

CHIAPELLO, E. Financialisation of Valuation. *Human Studies* 38, 13–35, 2015.

COSTA, Camila Furlan da; GOULART, Sueli. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. *Cadernos Ebape.br*, v. 16, p. 396-409, 2018.

CUSHEN, J.; THOMPSON, P. Financialization and value: why labour and the labour process still matter. *Work, employment and society* 30(2), 352-365, 2016.

CUSHEN, Jean. Financialization in the workplace: Hegemonic narratives, performative interventions and the angry knowledge worker. *Accounting, Organizations and Society*, v. 38, n. 4, p. 314-331, 2013.

DIAS, Ana Valéria Carneiro; ZILBOVICIUS, Mauro. A produção face à financeirização: quais conseqüências para a organização da produção e do trabalho? Uma proposta de agenda de pesquisa para a engenharia de produção brasileira. *Anais do ENEGEP*. Fortaleza: ABEPRO, 2006.

DIAS, S. A. A. *Gestão da Carga de Trabalho nas Nervuras do Ofício Docente no Ensino Superior Privado*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

DIXON, R.; HOOD, C. Ranking Academic Research Performance: A Recipe for Success?, *Sociologie du Travail*, Volume 58, Issue 4, p. 403-411 (2016).

EZZAMEL, Mahmoud; WILLMOTT, Hugh; WORTHINGTON, Frank. Manufacturing shareholder value: The role of accounting in organizational transformation. *Accounting, Organizations and Society*, v. 33, n. 2-3, p. 107-140, 2008.

FROUD, Julie; JOHAL, S.; LEAVER, A.; WILLIAMS, K. *Financialization and Strategy: Narrative and Numbers*. 1st Edition. London: Routledge, 2006.

FROUD, Julie; JOHAL, S.; PAPAIZIAN, V.; WILLIAMS, K. et al. The temptation of Houston: a case study of financialisation. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 15, n. 6-7, p. 885-909, 2004.

FROUD, Julie; HASLAM, C.; JOHAL, S.; WILLIAMS, K. Shareholder value and financialization: consultancy promises, management moves. *Economy and society*, v. 29, n. 1, p. 80-110, 2000.

GAULEJAC, Vincent. *La société malade de la gestion*. Paris: Seuil, 2005.

GEMELLI, Catia Eli; CLOSS, Lisiane Quadrado; FRAGA, Aline Mendonça. Multiformidade e pejetização:(re) configurações do trabalho docente no ensino superior privado sob o capitalismo flexível. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, v. 26, p. 409-438, 2020.

GOMES, T. A. M. de M., LEHER, R., & COSTA, H. B. O trabalho docente em grupos

empresariais de ensino superior e o mercado de ações na bolsa de valores: Um estudo a partir dos conflitos. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(8). <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4902>, 2020

GRUN, Roberto. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política. *Dados* [online] v. 47, n. 1, 2004 [Acessado 29 Junho 2021] , pp. 5-47. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100001>>. Epub 01 Set 2004. ISSN 1678-4588. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100001>.

GRUN, Roberto. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. *Mana* [online]. v. 13, n. 2, 2007 [Acessado 29 Junho 2021] , pp. 381-410. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-93132007000200004>>. Epub 15 Jan 2008. ISSN 1678-4944. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132007000200004>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Superior 2021: Divulgação dos resultados*. Brasília - DF. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 13/02/2023

KATO, F. B. G., CHAVES, V. L. J., & MEGUINS, R. da C. O modelo de governança corporativa na educação superior e as repercussões no trabalho docente: Um estudo de caso. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, vol. 28, n.9, 2020.

KRIPPNER, Greta R. The financialization of the American economy. *Socio-economic review*, v. 3, n. 2, p. 173-208, 2005.

LAZONICK, William. *Stock Buybacks: From Retain-and-Reinvest to Downsize-and-Distribute*. Center for Effective Public Management, Brookings Institution, April 2015. Disponível em: <http://www.brookings.edu/research/papers/2015/04/17-stock-buybacks-lazonick> Acesso em 21 Ago 2021.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. *Geminal: marxismo e educação em debate*, v. 13, n. 1, p. 9-29, 2021.

LOPES, Luís Augusto. Future-se: elucidando mais uma tentativa de privatização das universidades públicas brasileiras. *Educação em Revista*, v. 38, 2022.

MADER, P.; MERTENS, D.; VAN DER ZWAN, N. Financialization: an introduction. In: MADER, P.; MERTENS, D.; VAN DER ZWAN, N. (eds) *The Routledge International Handbook of Financialization*. Abingdon, Oxon: Routledge, 2020.

MAIA, J.; SERIO, C. *Financeirização: Impactos sobre as empresas, estratégias e inovações*. Jundiaí; Paco, 2018.

MAZMANIAN, Melissa; ORLIKOWSKI, Wanda J.; YATES, JoAnne. The autonomy paradox: The implications of mobile email devices for knowledge professionals. *Organization science*, v. 24, n. 5, p. 1337-1357, 2013.

MIRANDA, B. P. J.; CROCCO, M.; dos SANTOS, F. B. T. Impactos da Financeirização

sobre o Padrão de Financiamento e a Governança das Empresas Não-Financeiras Brasileiras de Capital Aberto: período de 1995-2008, 2015. *Revista de Economia*, v. 41, n. 2 (ano 39), p. 07-30, mai./ago. 2015

OLIVEIRA, R. P. *A transformação da Educação em Mercadoria no Brasil*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009

PLIHON, D. *Le nouveau capitalisme*. Paris: La Découverte, 2004.

PODER360. *Mercado de ensino superior tem concentração recorde*. Dezembro de 2022. Disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/mercado-de-ensino-superior-tem-concentracao-recorde/>. Acesso em 13/02/2023.

PONGRATZ, H.; VOSS, G. From employee to 'entreplooyee'. Towards a 'self-entrepreneurial' work force? *Concepts and Transformation*, Volume 8, Number 3, 2003 , pp. 239-254 (16)

SALTORATO, P.; BENATTI, G. O ato performático da reestruturação organizacional sob a ideologia da gestão baseada em valor. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, vol.19, p. 263-288, 2017.

SIGAHI, Tiago Fonseca Albuquerque Cavalcanti; TESSARINI JÚNIOR, Geraldo; SALTORATO, Patrícia. Voando sob o radar: mecanismos de controle do trabalho em uma instituição financeira nacional. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*. Belo Horizonte, v. 6, n. 16, p. 513-550, ago. 2019.

SIGAHI, Tiago Fonseca Albuquerque Cavalcanti; SALTORATO, Patrícia. A emergência da Universidade Operacional: redes, liquidez e capitalismo acadêmico. *Educação & Sociedade*, v. 39, p. 522-546, 2018.

SILVA JÚNIOR, J. O. Ã. O. R.; FARGONI, Everton Henrique E. Tecnociência, industrialização e pesquisa na financeirização radical do capitalismo e da educação superior. *Inter-Acao*, v. 45, n. 3, 2020.

SLAUGHTER, Sheila; LESLIE, Larry L. Expanding and elaborating the concept of academic capitalism. *Organization*, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2001.

SOLER, RODRIGO DIAZ DE VIVAR Y. et al. Foucault, a educação e o neoliberalismo. *Educação em Revista*, v. 38, 2022.

TIRADENTES, Aparecida. Mercantilização da Educação Superior e A Política Patronal brasileira no setor. *Revista Conteúdo*, Brasília, n. 7, p. 4-9, ago. 2010.

VAN DER ZWAN, Natascha. Making sense of financialization. *Socio-Economic Review*, Volume 12, p. 99 –129, 2014.

WILLIAMS, Karel. From shareholder value to present-day capitalism. *Economy and society*, v. 29, n. 1, p. 1-12, 2000.

## **CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS:**

Autora 1 – Revisão de literatura, coleta de dados, análise de dados, escrita final.

Autora 2 – Revisão de literatura, coleta de dados, análise de dados, escrita final.

Autora 3 - Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados, escrita final.

#### **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

**As autoras declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.**

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.